

DESCENTRALIZAÇÃO E MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO: O CASO DE SÃO CAETANO DO SUL

Márcia Gallo • Mestre em Educação. Pontifícia Universidade de São Paulo. E-mail: ma_gallo@terra.com.br

Envio em: Janeiro de 2014

Aceite em: Março de 2014

RESUMO: Este trabalho tem como foco a descrição e análise do processo de municipalização do ensino no município de São Caetano do Sul, SP. Em muitos dos municípios brasileiros, bem como na Região da Grande São Paulo, por meio de suas políticas educacionais, a tendência à municipalização do ensino tem se efetivado nas últimas décadas. Essa política foi incentivada pelos governos estadual e federal e assumida pelos governos municipais, adotando formatos e estratégias diversificadas. É o caso de São Caetano do Sul, um município que optou pela municipalização do ensino, mais efetivamente a partir de 2007, e pela inclusão digital o que contribuiu para a melhoria do processo ensino aprendizagem.

Palavras-chave: Municipalização do ensino. Descentralização. Políticas educacionais.

DECENTRALIZATION AND MUNICIPALIZATION OF EDUCATION: THE CASE OF SAO CAETANO DO SUL

ABSTRACT: This work focuses on the description and analysis of the municipalization process of education in São Caetano do Sul, SP. In many municipalities, as well as in the Big São Paulo region through its educational policies, the tendency to municipalization of education has been effected in recent decades. This policy was encouraged by state and federal governments and the municipal governments assumed, adopting shapes and diversified strategies. It is the case of São Caetano do Sul, a municipality that opted for municipalization of education more effectively from 2007, and the digital inclusion which contributed to the improvement of teaching learning process.

Keywords: Municipalization of education. Decentralization. Educational Policies.

■ 1. INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar o tema da municipalização do ensino na Região do ABC Paulista advém de nossa participação como profissional da rede municipal de ensino, observando as diretrizes adotadas para o encaminhamento do processo e buscando compreendê-lo. O processo que elegemos como experiência para exemplificar as ideias de descentralização e municipalização do ensino, desenvolveu-se no município de São Caetano do Sul cujas características, tanto físicas e humanas quanto sociais, políticas e econômicas serão apontadas neste texto, como condicionantes do processo de municipalização do ensino iniciado ali em meados da década de 1990. Por se tratar de um município com índices educacionais destacados tanto nacional quanto internacionalmente, pareceu-nos importante compreender o atual processo de gestão de sua rede de educação, que poderá vir a estabelecer parâmetros para outros municípios com características semelhantes.

Com o objetivo apresentado, empreendemos uma pesquisa bibliográfica em busca das raízes da municipalização e iniciaremos este trabalho com um breve histórico das políticas públicas de educação ao longo do século XX. Partindo da década de 1930, das ideias dos Pioneiros e chegando aos nossos dias, embasados pelos textos legais e por Libâneo et al (2007) e Azanha (2004), destacaremos os principais momentos em que se desencadearam as políticas de descentralização e municipalização e explicitaremos os passos e diretrizes desse processo no município de São Caetano do Sul, bem como as consequências dele decorrentes, incluindo os programas de inclusão digital.

■ 2. BREVE HISTÓRICO SOBRE AS POLÍTICAS DE GESTÃO EDUCACIONAL NO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI

Ao longo da implantação e crescimento do ensino público no Brasil, a interferência de grupos, quer de intelectuais e religiosos, quer de representantes da população, veio introduzir debates e produzir mudanças na organização da escola e no ensino que ofereceu e oferece.

Na história da educação brasileira do século XX, encontramos uma sucessão de políticas que determinaram a organização do ensino em função de metas com objetivos específicos. Partindo da década de 1920, poderemos ter um panorama dessas políticas, quando o debate educacional ganhou um espaço social mais amplo. Segundo Azanha (2004), essa década apresentou as condições sociais, políticas e econômicas favoráveis para que a questão educacional se impusesse como de interesse coletivo e de salvação nacional. Essas condições podem ser exemplificadas pela “continuidade significativa das correntes migratórias, a urbanização, as insatisfações políticas represadas desde a Proclamação da República e a intensificação das tensões entre a industrialização nascente e as crises do comércio cafeeiro” (AZANHA, 2004, p. 71). O que se seguiu foi a eclosão de diversos movimentos sociais e várias tentativas reformistas por todo o País preocupados com a efetiva profissionalização do magistério e a discussão e introdução de novos métodos pedagógicos nas escolas.

Com o advento da Revolução de 1930, o quadro histórico favoreceu a tomada de consciência dos problemas da educação brasileira. Além disso, a crise internacional, deflagrada a partir do *crack* da Bolsa de Nova York, reflete-se no Brasil o que provoca a chamada *crise do café*, favorecendo a migração campo-cidade e acelerando a urbanização. É nesse cenário que é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, chefiado por Francisco Campos, que elaborou uma reforma, atingindo a estrutura do ensino e propiciando ao Estado Nacional “uma ação mais objetiva sobre a educação, oferecendo uma estrutura mais orgânica aos ensinos secundário, comercial e superior” (LIBÂNEO et al, 2007, p. 134). A partir desse Ministério se instituem o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Consultivo do Ensino Comercial. Uma iniciativa inovadora é apresentada em 1932, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, proposto por um grupo de intelectuais e educadores de tendências liberais, entre os quais Anísio Teixeira e Cecília Meirelles, com redação de Fernando de Azevedo. O *Manifesto* propõe uma escola pública única, laica, obrigatória e gratuita. Essas propostas vão de encontro ao que pregavam os grupos católicos e integralistas que desaprovavam alterações modernizantes e democráticas nas escolas públicas.

“A Constituição de 1934 estabeleceu a responsabilidade da União como instância responsável pelo planejamento nacional da educação em todos os níveis e definiu a sua competência na coordenação e fiscalização da execução desse planejamento” (AZEVEDO, 2011, p.31).

Essa lei reafirma a centralização do Estado e os católicos conservadores conseguem incluir a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas, concomitantemente à fiscalização e regulamentação das instituições de ensino público e particular pelo Estado.

Entre 1942 e 1946, são editadas várias leis orgânicas recebendo o nome de Reforma Capanema (Ministro da Educação do Governo Vargas Gustavo Capanema). Nesse período, surgem o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial verificada na década anterior, quando o Presidente Getúlio Vargas impôs um estilo (Senai) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). O debate pedagógico que se segue é pro-

tagonizado entre as esquerdas e os partidos progressistas com o objetivo de democratizar e melhorar o ensino em seus vários setores como o administrativo e o pedagógico.

Outro debate tem início quando da votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por exigência da Constituição Federal de 1946, que envolveu a sociedade civil. Como resultado, foi aprovada a lei federal nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que, segundo Libâneo et al. (2007), instituiu a descentralização quando determinou que cada estado organizasse seu sistema de ensino. As mudanças políticas, com o golpe dos militares em 1964, provocam novamente o fortalecimento do poder central o que se estendeu às políticas educacionais.

Em 1971, é aprovada a Lei nº 5.692, de 11 de agosto, que prescreve a passagem gradativa do ensino fundamental para os municípios, mas concentra os recursos e as medidas administrativas no âmbito federal, fazendo com que estados e municípios se tornem dependentes das decisões da União. O processo de retomada da democracia e reconquista dos espaços políticos pela sociedade, no fim dos anos 1970 e início de 1980, compõe uma nova fase para a educação. O reconhecimento da falência da política educacional brasileira vigente aliada à ascensão de intelectuais de esquerda do partido de oposição, o PMDB¹, levou à concretização de propostas da sociedade civil com vistas à democratização da educação.

As principais alterações realizadas pelos novos administradores opositores tiveram como meta a descentralização da administração, com formas de gestão democrática da escola, com participação de professores, de funcionários, de alunos e de seus pais e também com eleição direta de diretores (LIBÂNEO et al, 2007, p. 139).

A Constituição Federal, de 1988, traz uma contribuição ao debate pela educação de qualidade a ampliação dos recursos destinados à educação e à melhor gestão das disponibilidades consignadas no seu texto. Para Machado (2004, p. 103), “o sentimento de nação e povo determina a concepção de educação como direito em substituição à concepção de educação-concessão, educação-dádiva ou educação assistência.” Os percentuais obrigatórios vinculados aos sistemas de ensino oferecem recursos a serem otimizados na promoção dos objetivos citados acima.

Os anos de 1990 trazem a influência da globalização econômica com um novo discurso: da modernização e da qualidade. Trata-se de uma tendência à imposição de limites ao discurso da universalização e da ampliação quantitativa do ensino, trazendo à discussão o tema da eficiência com a adoção do critério da competência. A constituição dos Conselhos participativos se torna uma realidade, entre eles os conselhos municipais e de direitos. Os Conselhos Municipais de Educação (CME) e os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) demonstram a tendência à descentralização do controle das ações e do incentivo às parcerias relativas aos setores responsáveis pela educação e defesa dos direitos das crianças e jovens em cada um dos municípios. A criação do CME constitui um passo importante para que os municípios instituam seu Sistema de Ensino. O próprio Ministério da Educação aponta que os conselhos de educação “situam-se como órgãos de deliberação coletiva

na estrutura de gestão dos sistemas de ensino. Na verdade eles precederam a organização dos sistemas de ensino como concebidos hoje” (BRASIL, 2004, p. 21).

O Governo Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1995, adota uma política educacional concebida de acordo com a proposta do neoliberalismo, assumindo dimensões tanto centralizadoras quanto descentralizadoras. Para Libâneo et al. (2007), a descentralização foi apenas observada na destinação dos recursos financeiros diretamente para as escolas.

As demais ações caracterizaram-se por certo tipo de centralismo entendido até como antidemocrático, uma vez que não ocorreram discussões com a sociedade – como as relativas à avaliação da educação básica e da superior, à instauração da TV Escola e aos kits eletrônicos nas escolas – e se procurou estabelecer mecanismos de controle do trabalho do professor (LIBÂNEO et al, 2007, p. 140-141).

A formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) é citada pelo autor como um exemplo do centralismo do governo, embora tenha contado com contribuições da sociedade civil, ignorou a universidade e as pesquisas sobre currículo, deixando de contemplar o debate com a sociedade educacional.

Outro aspecto a considerar é quanto à tendência à municipalização do ensino apresentada na Lei de Diretrizes e Bases. A Lei Federal Nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996, a LDB atual, em seus Artigos 9, 10 e 11² trata das atribuições da União quanto à organização da Educação Nacional e destaca a **colaboração** entre os sistemas de educação, o da União, o do Distrito Federal, os dos Estados e os dos Municípios. Já no Parágrafo único³ do Artigo 11, a LDB apresenta a possibilidade de os Municípios optarem pela instituição de seu próprio sistema de ensino. A partir de 1997, dando continuidade ao Programa de Ação de Parceria Estado-Município para o atendimento do ensino fundamental, passa a ocorrer a transferência de alunos, recursos humanos e materiais e de recursos originários do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF⁴.

3. A MUNICIPALIZAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Para tratar da municipalização do ensino no estado de São Paulo, vamos nos reportar ao panorama socioeconômico brasileiro, como já introduzido no item anterior. Segundo Libâneo et al. (2007, p. 131), a partir da década de 1980, esse cenário “indicava uma tendência neoconservadora que acenava à minimização do Estado, o qual se afastava de seu papel de provedor dos serviços públicos, como saúde e educação”. Essa tendência se confirmou e se consolidou resultando na ampliação da participação de setores privados tanto na saúde como na educação.

Segundo Silveira (2005, p. 47), no Estado de São Paulo, a partir de 1989, observa-se um processo gradual de descentralização de atribuições nos Municípios, que nem sempre pode ser caracterizado como de “municipalização”. Essa afirmação nos remete à necessidade de conceituarmos os dois processos ou políticas: descentralização e municipalização. Para esse autor, as diversas formas utilizadas no sentido da operacionalização da descentralização, iniciam os primeiros passos para a municipalização tais como: a implementação de programas de municipalização do ensino, via convênios, para construções escolares, manutenção de prédios, merenda, material didático, etc., a partir de 1989; a proposta, a partir de 1990, de outros programas e convênios como o Termo de Cooperação Intergovernamental com Municípios, os Programas de Ação Cooperativa Estado-Município (1993) e o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município (1996). Esses programas visavam desenvolver parcerias para construção de prédios escolares em terrenos doados pela municipalidade, equipados com mobiliário completo, variado, utensílios e acessórios das instalações, destinados às escolas de ensino fundamental, bem como proporcionar assistência técnica ao Município para a gestão do sistema e tomar as providências quanto à transferência de bens imóveis e móveis, bem como acompanhar e avaliar a execução do convênio e do Plano de Trabalho.

O autor acrescenta que, pelos meados de 1998 e início de 1999, muitos municípios paulistas criaram e instalaram escolas municipais para atendimento da demanda escolar. Para tanto, instituíram seus sistemas de ensino, o que na análise de Silveira se deveu a iniciativa própria ou ao temor de perderem recursos em função do FUNDEF e de outros atrativos financeiros ou até mesmo pressionados pela ideologia do partido no poder, à época o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

3.1. SÃO CAETANO DO SUL NO GRANDE ABCD

Conhecida nacional e internacionalmente por ter se transformado em um pólo da indústria automobilística ao longo da segunda metade do século XX, a Região do ABC Paulista faz parte da Região Metropolitana de São Paulo e apresenta características diferenciadas tanto quanto aos aspectos da infraestrutura urbana como quanto aos econômicos e sociais. A Região também denominada de “Grande ABCD” leva esse nome pela utilização das iniciais dos municípios que a compõem: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema. Quanto à população, dados do IBGE, de 2010, apontam um aumento da população dessa região. A Tabela 1 apresenta os dados populacionais atualizados, com destaque para São Caetano do Sul.

Tabela 1. População do Grande ABC

Cidade	População
Diadema	386.039
Mauá	417.281
Ribeirão Pires	113.043
Rio Grande da Serra	44.048

Santo André	673.914
São Bernardo do Campo	765.203
São Caetano do Sul	149.571
Total	2.549.099

Fonte: IBGE (2010).

Instalado em uma área de 15,3Km², o município de São Caetano do Sul tem alcançado, nas últimas décadas excelentes índices sociais, sendo destaque entre os municípios brasileiros.

Contando com uma sucessão de governos situacionistas, em sua maioria filiados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o município manteve uma continuidade político-administrativa por quase toda a segunda metade do século XX, o que lhe conferiu um caráter conservador também atribuído à estabilidade populacional, uma vez que sua pequena superfície impediu a expansão horizontal da população, especialmente de migrantes de outras regiões do país e de outras regiões do estado de São Paulo. A última grande leva de migrantes chegou à cidade na década de 1960, advinda do Nordeste brasileiro, contribuindo para o desenvolvimento da indústria de construção civil e fazendo parte da história local.

Apresentando situação econômica estável, São Caetano do Sul oferece aos seus habitantes toda a infraestrutura urbana que o eleva aos maiores índices de qualidade de vida. Quanto à educação, o município vem desenvolvendo um processo de municipalização do ensino fundamental, efetivamente, desde o ano de 2007. No entanto, as raízes desse processo poderão ser encontradas já em meados da década de 1990, quando a maior oferta no setor educacional se resumia à Educação Infantil.

Em 1996, na qualidade de Diretora do Departamento Municipal de Educação e Cultura (DEPEC) atualmente Secretaria Municipal de Educação, tive a experiência de participar das negociações entre o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul. O município estabeleceu uma parceria para a cessão e gestão de quatro prédios escolares cujos alunos haviam sido transferidos para outras unidades escolares em virtude do processo de reorganização da rede estadual de ensino. A parceria tinha como objetivo implantar em duas das escolas o curso supletivo, em duas modalidades: a presencial e a semipresencial para atender a jovens e adultos que trabalhavam em turnos nas empresas.

Ainda em 1996, contando com uma única escola municipal de Ensino Fundamental e Médio, o Centro Interescolar Municipal Prof^a Alcina Dantas Feijão, o município mantinha a maior parte de seus alunos nas redes estadual e privada. O C.I.M. “Prof^a Alcina Dantas Feijão”, criado em 1967 como uma autarquia municipal, tinha como objetivo oferecer ensino técnico profissionalizante em nível médio, tornando-se uma escola de reconhecida reputação não só no município como na Região do ABCD. No ano de 1993, a escola passa a oferecer vagas para o ensino fundamental, procurando

atender aos anseios da população que, ciente da qualidade de ensino no nível médio, à época denominado 2º Grau, reivindica a ampliação também para o 1º Grau. Como sua estrutura física não acomodasse as centenas de alunos ingressantes, passam a serem ocupadas algumas salas disponíveis na universidade municipal e, posteriormente, numa das escolas estaduais cedidas ao município. Somente em 1997, a chamada Unidade II do C.I.M. “Profª Alcina Dantas Feijão” recebe autonomia e se torna a primeira escola municipal de ensino fundamental. Por meio da Lei Municipal nº 3.495 de 10 de janeiro de 1997, foi criada a Escola Municipal de Ensino Fundamental “Ângelo Raphael Pellegrino”, localizada em prédio desocupado pela reestruturação rede estadual.

No ano de 2003, a Prefeitura Municipal constrói a segunda escola municipal de ensino fundamental – SEMEF - com oferta de vagas para o ensino fundamental, criada pela Lei Municipal nº 4.172 de 30 de dezembro de 2003. Dando prosseguimento à ampliação da rede, no ano de 2006, a Escola Municipal de Ensino Fundamental “Leandro Klein” foi entregue à população, após a construção de prédio próprio.

Dados colhidos no sítio oficial da Prefeitura Municipal, em notícia publicada em 17/7/2007, informam sobre a efetivação da municipalização do ensino, quando a Prefeitura assume o controle de 10 escolas estaduais de ensino fundamental.

A iniciativa de municipalizar o ensino, que beneficiou cerca de 6,5 mil alunos da antiga rede estadual, visa melhorar ainda a qualidade do ensino em São Caetano, aumentando o acesso dos moradores às modernas práticas educacionais já colocadas em prática nas EMEFs (Escolas Municipais de Ensino Fundamental). As escolas municipalizadas foram integradas à rede municipal e estão passando por revitalização nas suas instalações. Além disso, o conteúdo pedagógico das dez escolas foi adequado ao já oferecido nas escolas municipais, conhecidas em todo o país pela qualidade de seu ensino. Outra mudança foi o fim da progressão continuada, com recuperação para os alunos com problemas e, se for necessário do ponto de vista pedagógico, reprovação. Os professores das escolas municipalizadas também participam de cursos de aperfeiçoamento contínuo. Desta forma, eles discutem suas práticas em sala de aula para oferecer aos alunos o que há de mais moderno em relação à moderna pedagogia (SÃO CAETANO DO SUL, 2007, p. 1).

A Prefeitura de São Caetano inaugurou novas escolas municipais nos últimos cinco anos. Em 2007, foram entregues duas novas escolas: a EMEF Elvira Carmela Maria Paolilo Braido, primeira escola de período integral de São Caetano, e a segunda escola de Ensino Médio da cidade, a EME Vicente Bastos. O processo de municipalização prosseguiu em 2009 com a municipalização de mais duas escolas estaduais que, a partir de 2010, receberam alunos da rede municipal. Em uma dessas escolas, os alunos do Ensino Médio foram transferidos para outras escolas estaduais do município e apenas os alunos do ensino fundamental foram mantidos compondo a rede municipal.

Notícia no sítio oficial da Prefeitura, de 22/12/2009, dá conta de uma reunião do Prefeito Municipal e da Secretária Municipal de Educação com pais de alunos que concluíram em 2009 a 4ª série/5º ano do ensino fundamental em escolas do município para expor as diretrizes de continuidade de estudos nas escolas que oferecem do 6º ao 9º anos do ensino fundamental. Na oportunidade, os pais foram tranquilizados

quanto ao encaminhamento dos filhos, podendo optar pela escola mais próxima e, em caso de maior procura para determinada escola do que do número de vagas, deveria ser feito um sorteio, mas nenhum aluno ficaria sem vaga.

Em 2004, por meio da Lei Municipal nº 4.257 de 17 de novembro de 2004, a mais antiga escola mantida pela Prefeitura, mas com existência jurídica autárquica passa a integrar a rede municipal de ensino, mantendo os ensinos fundamental e médio e o técnico de nível médio profissionalizante, recebendo a denominação de Escola Municipal de Ensino “Profª Alcina Dantas Feijão”. Criada em 1967, chegou a contar com duas unidades físicas e cerca de seis mil alunos. A unidade que oferecia ensino fundamental foi separada, criando-se uma nova escola e os cursos técnicos e profissionalizantes permaneceram na escola antiga. Podemos afirmar que foi um processo de centralização com vistas a organizar a oferta de vagas e equiparar os princípios administrativos com as demais escolas municipais. Essa passagem, apesar de reduzir a autonomia inerente a uma autarquia, levou, entre outras coisas, a maior transparência nos processos escolares, democratizando o acesso.

A unificação do modelo pedagógico e administrativo da rede municipal trouxe muitos pontos positivos, além de facilidades aos pais. Foram formulados programas que visavam à inclusão digital e que se desenvolveram em duas frentes: uma para a formação/capacitação dos docentes e outra para a introdução das novas tecnologias no dia-a-dia dos alunos.

O Centro Digital do Ensino Fundamental, entregue em 2008 pela Prefeitura de São Caetano, marca uma nova era para a Educação de São Caetano do Sul. O moderno prédio, localizado na Praça di Thiene, em uma área nobre da Avenida Goiás com a Rua Oswaldo Cruz, abriga uma biblioteca informatizada, salas de aula da Escola Municipal de Informática, espaços de convivência para os moradores, áreas para conferências e computadores com acesso gratuito à Internet. O destaque da obra é o aparato tecnológico oferecido aos moradores da cidade e também aos professores, que passarão por cursos de capacitação no local. O Centro Digital possui cerca de 100 computadores, além de diversos equipamentos para apresentações de vídeo e outras mídias. O Centro Digital está preparado para receber pessoas de todas as idades. Mesmo as crianças mais jovens vão poder descobrir os segredos da era da tecnologia graças aos programas didáticos do Aprender São Caetano, que já estão disponíveis em todas as escolas municipais e agora também são oferecidos aos usuários do novo espaço de ensino sancaetanense. Os equipamentos de robótica também serão importantes ferramentas educacionais para as crianças da cidade (SÃO CAETANO DO SUL, 2012, p. 1).

Quanto aos professores, além do Centro Digital, em 2010, foi estabelecida uma parceria com o Instituto Ayrton Senna para desenvolvimento do projeto “Escola Conectada” em todas as escolas da rede municipal, por meio de cursos a distância que instrumentalizaram os professores no desenvolvimento de blogs. Os professores criaram o seu blog e orientaram seus alunos a criarem os seus próprios blogs, partindo de perguntas que deveriam ser respondidas nesses blogs. Desse projeto também participaram os diretores e coordenadores pedagógicos que fizeram o curso e supervisionaram o desenvolvimento dos blogs, tendo como missão principal criar condições favoráveis na escola para que os objetivos do projeto fossem alcançados.

A implantação deste projeto foi apoiada por meio da segunda frente que consistiu na aquisição de *netbooks* para cada um dos alunos das escolas municipais, do 3º ao 9º ano do ensino fundamental, para serem utilizados durante as aulas, acompanhados de Livros de Atividades. As escolas foram equipadas com a infraestrutura necessária (cabearamento, *accesspoints*, lousa digital, câmeras, etc) propiciando que cada aluno pudesse acessar a rede de computadores em seu computador em sua sala de aula, além do portal da empresa Positivo, que oferecia atividades pedagógicas específicas. Como incentivo, os alunos aprovados dos 9º anos em 2010 recebiam um *netbook* novo para ser usado em suas casas.

Como indica Costas (2003), por meio da internet

é possível disponibilizar, pesquisar e organizar em uma página na web conteúdos, interligados por palavras-chave, *links*, sons e imagens, bem como utilizar ferramentas de colaboração, como correio eletrônico, fóruns de discussão e outras formas da mídia que favorecem a construção de comunidades virtuais de aprendizagem (COSTAS, 2003, p. 152).

Apesar do investimento na estrutura física e nos equipamentos, foi necessário encontrar os melhores caminhos, a otimização desses recursos para que eles produzissem mudanças na relação dos professores e alunos com o conhecimento, o que trouxe muito trabalho a todos da equipe escolar.

Os programas citados tiveram continuidade e se repetem a cada ano letivo, bem como o processo de municipalização em São Caetano do Sul que tende a continuar, mas novos passos ainda não foram divulgados pela Secretaria Municipal de Educação.

■ 4. MUNICIPALIZAÇÃO EM PROCESSO

O Município de São Caetano do Sul seguiu a tendência de municipalização presente nas últimas décadas do século XX na política educacional brasileira. Mantendo em 1993 apenas 30 escolas de Educação Infantil, 1 escola de Ensino Técnico Profissionalizante de Nível Médio e 1 escola de educação de Jovens e Adultos, começa a dar os primeiros passos para o processo de municipalização por interferência de alguns fatores:

- a constatação da falta de qualidade de ensino nas escolas da rede estadual bem como as greves dos profissionais dessa rede, em busca de melhores salários e condições de trabalho, que se sucederam na década anterior e paralizaram escolas, deixando milhares de alunos sem aulas;
- a preocupação das autoridades municipais, prefeitos e secretários municipais, com a oferta de vagas e investimento na qualidade do ensino de crianças e jovens, durante cerca de 40 anos, tendo como modelo as EMEIS – Escolas Municipais de Educação Infantil, EMIs – Escolas Municipais Integradas, de período integral,

como as creches, e o C.I.M. “Prof^a Alcina Dantas Feijão”, escolas reconhecidas como de qualidade pela população;

- as reivindicações de pais de alunos descontentes com o ensino público estadual; os incentivos financeiros advindos da criação do FUNDEF, em 1996;
- a reorganização da rede pública estadual pela qual alguns prédios foram desocupados sendo requisitados pelo município compondo a estrutura da rede municipal;
- a tendência de baixo crescimento da população no final do século passado, chegando a ocorrer um crescimento negativo em alguns anos, o que concorreu para a estabilidade da oferta de vagas.

Todos esses fatores correspondem à tendência apresentada por Sander (2007) quando cita as pressões conjunturais ao campo educacional “provenientes dos processos de abertura democrática, das lutas sindicais, dos movimentos sociais e dos primeiros influxos neoliberais da mundialização da economia e de toda atividade humana.”

Os passos que seguiram dão conta de uma condição para a qual Silveira (2005) chama atenção, que pode ser aplicada ao processo de municipalização em São Caetano do Sul:

O que não se admite é a transformação do processo de municipalização em objeto de clientelismo político-partidário por parte do Poder Executivo. Deverão ser garantidos mecanismos no sentido de não confundir municipalização com *prefeitura* (SILVEIRA, 2005, p. 49).

No decorrer do processo de parceria entre o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura de São Caetano do Sul com a doação/cessão de 4 prédios escolares desocupados, em 1996, aconteceu um desvio uma vez que os mesmos acabaram sendo utilizados para outros fins, restando apenas um como unidade escolar. Este foi o caso já referido no item anterior de ocupação pela EMEF “Ângelo Raphael Pellegrino”, em 1997. Naquele contexto, o interesse do governo municipal não acelerou o processo de municipalização, ocorrendo apenas a construção de uma nova escola municipal em 2003.

Passados dez anos, em 2006, a Prefeitura retoma o ritmo do processo de municipalização e adota duas estratégias para esse fim: a construção de novos prédios escolares e a municipalização das escolas da rede estadual que mantêm a primeira etapa do ensino fundamental, ou seja, alunos de 1º a 5º anos. Como já referido anteriormente, em 2007 a Prefeitura assume o controle de 10 escolas estaduais, em 2009 mais duas escolas e em 2010 anuncia que, em 2011, todas as escolas iniciarão a oferta de anos subsequentes para complementar os níveis de ensino que já mantêm. Esta proposta tem por meta, a médio prazo, ofertar o ensino fundamental completo, do 1º ao 9º anos, em todas as escolas de ensino fundamental.

As diretrizes apresentadas acima trazem em seu bojo vários pontos positivos tanto pedagógicos quanto administrativos. Do ponto de vista pedagógico, o projeto de inspiração construtivista adotado pela Secretaria Municipal de Educação, desde os finais da década de 1980, para as Escolas de Educação Infantil, no início, e toda a rede mu-

nicipal, posteriormente, foi sofrendo adaptações e chegou aos últimos anos às escolas municipalizadas. Essa tendência pedagógica muito colaborou para que o processo de alfabetização se desenvolvesse uniformemente e que os programas e conteúdos se equiparassem, permitindo a comparação entre as escolas e a verificação da eficiência do processo. Os projetos de introdução de novas tecnologias, citados anteriormente, promoveram a atualização dos recursos e das metodologias das escolas da rede. A questão das transferências de alunos para outras escolas, por diferentes motivos, foi amenizada necessitando pouca ou nenhuma adaptação.

Do ponto de vista administrativo, quanto aos recursos humanos, houve a realização de concursos públicos com o objetivo de oferecer profissionais capacitados para atuarem na rede. As equipes gestoras, em sua maioria, foram formadas por docentes que se especializaram e que contabilizavam muitos anos de experiência, sendo designados para funções de coordenação e gestão. As escolas contam com diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico para cada nível de ensino e orientador educacional.

Quanto a esse ponto, cabe uma observação de como é realizado o processo de escolha das equipes gestoras. Enquanto que para a docência são realizados concursos públicos bienais, para a gestão continua o critério da indicação pelo prefeito municipal por meio de portaria, pois não há concurso. Essa prática acarreta vários problemas tais como a saída de diretores e colaboradores a cada mudança política, ou seja, a cada quatro anos, interrompendo programas e projetos; a permanência, por muitos anos, de pessoas sem competências para a gestão escolar e até a utilização dos cargos como moeda política.

O processo de escolha do diretor e vice-diretor por meio de eleição pela comunidade, tem sido considerado uma opção mais democrática, como há anos em prática no município de Diadema, localizado na mesma região. Diferentemente de São Caetano e das escolas da rede estadual que estabelecem o concurso público para preenchimento dos cargos de gestão, em Diadema os candidatos se empenham numa campanha para divulgar seus projetos direcionando-os à escola em que pretendem atuar. Depois de conhecer as propostas, a comunidade elege seus candidatos. Há a possibilidade de recondução, caso o mandato tenha obtido sucesso, mas ao final dos mandatos, o diretor tem que retornar ao seu cargo de professor ou a outra função. Muitos municípios já adotaram esse sistema há anos, demonstrando na prática a gestão democrática.

Quanto à assistência ao escolar, a Secretaria da Educação de São Caetano do Sul mantém programas de atendimento odontológico e oftalmológico, a oferta de alimentação escolar, kits escolares de materiais, uniformes e mochilas para os cerca de vinte mil alunos da rede. Também são oferecidos cursos de idiomas e de informática totalmente gratuitos, complementando o ensino básico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a inspiração da criação e funcionamento dos Conselhos Municipais, a partir da década de 1990, a municipalização dos serviços educacionais veio compor os exemplos de descentralização administrativa, ideia proposta já pelo grupo de intelectuais da Escola Nova, na primeira metade do século XX. Incentivados pela edição de leis federais que vincularam o financiamento desse setor à quantidade de alunos matriculados, os municípios ampliaram suas redes de ensino beneficiando a população.

Na Região do ABCD, houve diversidade de tempos e formatos, cada município adequando o processo de municipalização às suas características e objetivos.

O processo de municipalização se apresenta de modo irreversível com tendência a ser aperfeiçoado e a atender às reivindicações dos pais de alunos, uma vez que o acesso às autoridades educacionais é mais próximo e rápido. Também se torna possível o acompanhamento das ações governamentais. Uma das reivindicações no município de São Caetano do Sul é a da oferta de vagas para o período integral na educação infantil e no ensino fundamental bem como no ensino médio municipal, que vêm sendo atendidas com a transformação de escolas já existentes e a criação de novas escolas.

O que ainda se apresenta incipiente é a participação dos pais e da comunidade em geral na gestão das escolas, nem pelos meios institucionais como as Associações de Pais e Mestres, nem por iniciativas particulares e voluntárias. Essa participação, se promovida, traria colaboração positiva nos diversos níveis e decisões que compõem a educação pública.

6. NOTAS

¹ O PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro – oferecia oposição ao governo militar e teve como um de seus mais representativos expoentes o Deputado Federal Ulisses Guimarães, de São Paulo.

² DOU de 23/12/1996, “Art. 9º. A União incumbir-se-á de: I. elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; II. organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e os dos Territórios; III. prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento dos seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva; IV. estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum; [...].VI. assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a

melhoria da qualidade do ensino;[...] Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:[...] II. Definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público; III. elaborar e executar políticas e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;[...] Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: I. organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;[...]"

³ DOU de 23/12/1996, "Art. 11.[...] **Parágrafo único.** Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica."

⁴ Lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996 revogada pela Lei 11.494, de 20 de junho de 2007 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga também dispositivos das Leis 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004.

7. REFERÊNCIAS

AZANHA, José Mario Pires. **Planos e políticas de educação no Brasil:** alguns pontos para reflexão. In: Vários autores. Educação Básica: políticas, legislação e gestão: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. (Orgs.). **Gestão da Educação:** Impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2011

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei 9.394/1996. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares:** conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública/elaboração Genuíno Bordignon. Brasília: MEC, SEB,2004. 59p.

IBGE. **IBGE Cidades @ .2010** disponível em: <[HTTP://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1)> Acesso em: 04 jan. 2011.

LIBÂNEO, José Carlos; et al. **Educação escolar:** políticas, estruturas e organização. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MACHADO, Lourdes Marcelino. Autonomia administrativa, financeira, poder local e políticas educacionais. In: MARTINS, Angela Maria; et al (orgs.). **Descentralização**

do Estado e municipalização do ensino: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MORAN COSTAS, José Manoel. Gestão inovadora com Tecnologias. In: VIEIRA, Alexandre Thomaz; Et al (orgs.). **Gestão Educacional e Tecnologia**. São Paulo:Avercamp, 2003.

SANDER, Benno. **Administração da Educação no Brasil:** genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livro, 2007.

SÃO CAETANO DO SUL. Prefeitura Municipal. **Centro Digital do Ensino Fundamental**, 2008. Disponível em: <<http://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/interna.php?site=1&conteúdo=445>> Acesso em: 21.abr. 2012.

SÃO CAETANO DO SUL. Prefeitura Municipal. **Municipalização**. 2007. Disponível em: <[HTTP://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/interna.php?site=1&conteudo=281](http://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/interna.php?site=1&conteudo=281)> Acesso em: 24 dez. 2011.

SÃO CAETANO DO SUL. Prefeitura Municipal. **São Caetano do Sul ampliará municipalização em 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/interna.php?site=1&conteudo=1682>> Acesso em: 24 dez. 2011.

SILVEIRA, Vicente de Paula. **Direito educacional e municipalização**. São Paulo: Lemos e Cruz, 2005.